

O peso do silêncio: sobrevivências de mulheres negras em famílias brancas¹

Roberta de Freitas (UFRPE/PE)

Resumo: Este artigo propõe uma leitura do silêncio como prática social densa, produzida, regulada e transmitida no interior de famílias brancas que incorporam mulheres negras em contextos de vulnerabilidade. Longe de constituir ausência ou passividade, argumenta-se que o silêncio opera como uma tecnologia moral de sobrevivência, por meio da qual essas mulheres negociam sua permanência em arranjos domésticos marcados por hierarquias raciais. A partir de uma abordagem etnográfica, que articula histórias de vida, entrevistas em profundidade e observação de dinâmicas familiares, o texto analisa a ambiguidade constitutiva desses arranjos, frequentemente narrados como gestos de “acolhimento”, mas estruturados por expectativas tácitas de gratidão, lealdade e contenção do conflito racial. Ao explorar as tensões entre inclusão afetiva e exclusão estrutural, o artigo contribui para os debates sobre racismo estrutural, domesticidade e feminismos negros, propondo compreender o silêncio como prática situada entre sujeição e a fuga.

Palavras-chave: Silenciamento; Mulheres Negras; Antropologia da Família.

Introdução

Este trabalho analisa o silêncio como prática aprendida e transmitida no interior de famílias brancas que incorporam mulheres negras em contextos de vulnerabilidade, tomando a família como um espaço central de produção da sujeição racial e, simultaneamente, de estratégias de sobrevivência (GONZALEZ, 1984)². O foco da análise recai sobre um tipo específico de arranjo familiar, frequentemente narrado como gesto de “acolhimento” ou “ajuda”, no qual o cuidado oferecido se articula à expectativa tácita de gratidão, lealdade e

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

² Esse é um trabalho parcial. Nele, são apresentados os resultados provisórios de uma pesquisa maior que será concluída no fim de 2026. Para essa pesquisa ampliada, foram realizadas cinco entrevistas. À partir dessas entrevistas, foi feita uma categorização de agrupamento de temas que atravessam os cinco relatos, são eles: “Racismo, Violência, Desrespeito”; “Trabalho, Cuidado e Acolhimento”; “Família, Pertencimento, Reconhecimento, Ambiguidade”; e “Silêncio/Contenção”. Nesse trabalho, no entanto, serão apresentadas somente as análises dos dois primeiros agrupamentos temáticos.

contenção do conflito racial (BRITES, 2007). O trabalho se insere no campo da etnografia, articulando histórias de vida, entrevista e observação das dinâmicas familiares (CABRAL; LIMA, 2005), a partir de trajetórias de mulheres negras inseridas em arranjos domésticos racialmente hierarquizados. A pesquisa parte de uma história de vida situada: a incorporação de uma mulher negra, jovem e grávida, a uma família branca, sob a promessa de proteção e permanência, condicionada à sua atuação no trabalho doméstico e à manutenção da harmonia da casa. Esse arranjo, longe de configurar uma adoção formal, produz uma forma ambígua de pertencimento, na qual essas mulheres são simultaneamente enunciadas como “da família” ou “quase da família” (L. DIAS, 2019) e tratadas como agregadas, incluídas afetivamente, mas mantidas em uma posição social liminar, sem pleno reconhecimento de direitos, voz ou autoridade.

É nesse contexto que o silêncio emerge como aprendizado central: não nomear o racismo, não tensionar a desigualdade, não desorganizar a narrativa familiar do cuidado. O silêncio não aparece como ausência, mas como regra moral implícita, ensinado como condição para a permanência nesse lugar ambíguo de “quase da família”. Falar demais, questionar ou nomear violências pode significar a perda do abrigo, do afeto e da legitimidade dentro da casa (DÍAZ-BENÍTEZ, 2019). Dialogando com os debates sobre racismo estrutural e feminismos negros, o trabalho propõe compreender o silêncio não como passividade ou apagamento subjetivo, mas como uma tecnologia moral de sobrevivência (COLLINS, 2019), transmitida intergeracionalmente. A análise evidencia que esse silêncio, embora imposto, não é vivido de forma homogênea. Ao longo do tempo, ele se transforma, sendo reelaborado como forma de leitura do ambiente, cálculo do risco e gestão da própria presença no espaço doméstico. Trata-se, portanto, de compreender esse silêncio ativo, situado entre a sujeição e a fuga, que permite a essas mulheres permanecerem na casa sem, contudo, confundirem pertencimento com igualdade de tratamento.

Família, raça e ambiguidade

A família costuma ocupar, no imaginário, o lugar do cuidado, da proteção e da intimidade. No entanto, diferentes estudos no campo das ciências sociais vêm demonstrando que as relações familiares não podem ser compreendidas apenas a partir de sua dimensão afetiva, uma vez que também participam de produção e manutenção de hierarquias sociais, morais e econômicas (SAFFIOTI, 1979; FONSECA, 2000). Nesse sentido, mais do que um

espaço homogêneo de pertencimento, a família pode ser entendida como um campo relacional no qual posições, expectativas e formas distintas de reconhecimento são continuamente negociadas.

No contexto brasileiro, essa discussão adquire contornos específicos quando observada a partir das relações estabelecidas entre mulheres negras e famílias brancas. Como aponta (GONZALES, 1984), a formação social brasileira esteve profundamente marcada pela centralidade do trabalho doméstico realizado por mulheres negras, produzindo formas particulares de proximidade entre intimidade, cuidado e subordinação. A presença dessas mulheres no interior das casas brancas esteve historicamente vinculada à sustentação da vida cotidiana, ao cuidado dos filhos e à manutenção da dinâmica doméstica, configurando relações nas quais convivências e desigualdade não aparecem como dimensões necessariamente opostas. Ao contrário, muitas vezes coexistem de forma simultânea e socialmente legitimada. Essa proximidade construída no cotidiano da casa foi analisada também por (BRITES, 2007) ao discutir as relações entre patroas e trabalhadoras domésticas no Brasil. A autora demonstra que tais vínculos frequentemente se organizam a partir de uma linguagem moral do cuidado, da confiança e da “ajuda”, produzindo relações marcadas por forte ambiguidade. A trabalhadora pode ser reconhecida como alguém “próximo”, “de dentro” ou “como se fosse da família”, sem que isso implique equivalência efetiva de posição social. Nesse contexto, o afeto não elimina a hierarquia; em muitos casos, torna-se justamente uma das formas pelas quais ela se mantém de maneira menos explicitamente conflitiva.

A expressão “quase da família”, recorrente nos relatos analisados, evidencia precisamente essa condição ambígua. Como formula (L. DIAS, 2019), trata-se de um estar “dentro”, “entre”, mas não “com”, indicando formas de inserção nas quais a convivência e permanência não se convertem integralmente em pertencimento. Compartilhar o cotidiano da casa não significa compartilhar plenamente dos mesmos direitos, expectativas ou possibilidades de circulação. É nesse ponto que o silêncio emerge como dimensão central desta análise. Nas experiências aqui examinadas, o silêncio não aparece apenas como ausência de fala ou incapacidade de expressão, mas como prática social aprendida no interior dessas relações. Trata-se de um aprendizado cotidiano, incorporado progressivamente por meio de pequenas correções, constrangimentos, reações desproporcionais e ajustes contínuos da própria conduta. Aprende-se a falar baixo, a evitar determinados temas, a não confrontar, a não explicitar desigualdades que poderiam desorganizar a estabilidade moral da convivência. Mais do que uma proibição formal, o silêncio se produz na experiência reiterada de perceber que determinadas falas geram desconforto, punição ou deslocamento. Em muitos casos, não é

necessário que alguém diga explicitamente o que não pode ser dito; os limites vão sendo aprendidos pela repetição das situações, pelos gestos, pelas reações e pelas consequências produzidas quando tais fronteiras são tensionadas. O silêncio, assim, deixa de ser apenas consequência da desigualdade e passa a operar como uma das condições de permanência nesses espaços.

A proximidade existe, mas encontra limites específicos que tendem a se tornar mais perceptíveis justamente nos momentos em que determinadas fronteiras são tensionadas. Essa discussão dialoga também com as reflexões de (COLLINS, 2019) acerca das relações de intimidade racializadas. Ao analisar as experiências de mulheres negras em contextos marcados pela proximidade com famílias brancas, Collins chama atenção para o fato de que a intimidade pode coexistir com estruturas persistentes de desigualdade. Nesses contextos, a hierarquia raramente se apresenta apenas por meio de interdições formais ou conflitos abertos; ela tende a se inscrever de maneira mais difusa, nos gestos cotidianos, nas expectativas silenciosas, nas formas de correção da conduta e nos limites implícitos que organizam a convivência. Do ponto de vista antropológico, essa perspectiva também permite tensionar concepções tradicionais de parentesco e pertencimento. Como demonstram estudos de (CARSTEN, 2004), relações familiares não se constituem exclusivamente pela consanguinidade, mas também pela convivência, pelo cuidado e pelo compartilhamento da vida cotidiana. Ainda assim, no caso das mulheres negras inseridas em famílias brancas, essa produção relacional do pertencimento parece encontrar limites bastante específicos. A participação na intimidade da casa não elimina as assimetrias que organizam os lugares ocupados por cada sujeito; em muitos casos, apenas produz formas mais sutis de sua administração. Essa dinâmica evidencia que as fronteiras que organizam o pertencimento não operam, necessariamente, por meio de exclusões explícitas. Elas se manifestam também nas pequenas regulações do cotidiano: nos modos de circulação pela casa, nas expectativas de comportamento, nas formas de tratamento e nos limites da fala. Como sugere (DAS, V, 2007), é justamente na vida ordinária que determinadas formas de desigualdade se estabilizam e passam a compor aquilo que parece natural, banal ou inevitável.

A família, frequentemente concebida como espaço de proteção, pode, em determinadas condições, reproduzir desigualdades. Nos arranjos analisados, o “acolhimento” realizado não elimina hierarquias, mas as reorganiza em termos moralmente aceitáveis, operando como uma forma de gestão da diferença no interior da casa. A nomeação como “quase da família” produz um pertencimento ambíguo: há proximidade afetiva, mas não equivalência de posição. Essa ambiguidade é constitutiva dessas relações e pode ser

compreendida a partir da formulação de Luciana de Oliveira Dias, que descreve essa posição como um estar “dentro”, “entre”, mas não “com” (L. DIAS, 2019), indicando uma presença autorizada, porém nunca plenamente equivalente. Essa forma de pertencimento parcial dialoga com o que (COLLINS, 2019) aponta ao discutir como relações aparentemente próximas podem coexistir com estruturas profundas de desigualdade, especialmente no que se refere às experiências de mulheres negras em contextos de intimidade racializada.

Etnografia e História de Família: elos metodológicos

A presente pesquisa se desenvolve a partir de uma abordagem qualitativa, de orientação etnográfica, articulada à realização de entrevistas com mulheres negras que, em diferentes momentos de suas vidas, estiveram inseridas em arranjos familiares brancos marcados por relações ambíguas de acolhimento, trabalho doméstico, dependência, afeto e desigualdade. O objetivo não foi apenas recolher narrativas individuais, mas compreender como determinadas formas de pertencimento e silenciamento são produzidas no interior de relações familiares concretas. A etnografia é aqui compreendida menos como uma técnica isolada e mais como um modo de atenção às práticas ordinárias da vida social. Interessa observar não apenas aquilo que é verbalizado pelas interlocutoras, mas também as hesitações, os desvios, as pausas, os incômodos, as lembranças fragmentadas e as formas pelas quais certos acontecimentos são narrados ou evitados. Em uma pesquisa cujo objeto central é o silêncio, esses elementos não podem ser tratados como ausência de dados. Ao contrário, constituem parte fundamental do material empírico.

Nesse percurso, a metodologia da História de Família, conforme proposta por João de Pina-Cabral e Antónia Pedroso de Lima (2005), oferece uma contribuição decisiva. Os autores compreendem a História de Família como uma estratégia de contextualização social dos sujeitos, construída a partir da articulação entre percursos biográficos, relações familiares, memória, parentesco, sociabilidade e condições históricas de existência. Trata-se de uma metodologia que permite deslocar o foco da trajetória individual para o universo relacional no qual essa trajetória se constitui. Essa escolha metodológica se justifica porque o silêncio investigado neste trabalho não se apresenta como experiência puramente individual. Ele não pertence apenas a uma mulher, nem pode ser explicado como característica subjetiva ou psicológica. O silêncio aparece como uma prática social aprendida, reiterada e transmitida no interior das relações. Por isso, acompanhar apenas uma história de vida isolada seria

insuficiente. Era necessário compreender os vínculos que organizavam essas experiências, as posições ocupadas pelas mulheres negras nesses arranjos familiares e as formas pelas quais determinadas expectativas eram produzidas ao longo do tempo.

Pina-Cabral e Pedroso de Lima chamam atenção para os limites das histórias de vida quando estas são tomadas de maneira isolada. Para os autores, o risco de uma abordagem excessivamente centrada no indivíduo é perder de vista o campo de relações que torna determinada vida inteligível. A História de Família surge justamente como uma tentativa de superar esse limite, permitindo que o percurso de uma pessoa seja compreendido em relação aos vínculos, obrigações, memórias e classificações que a constituem como sujeito social. Essa perspectiva é especialmente importante para esta pesquisa porque as experiências narradas pelas interlocutoras não dizem respeito apenas a acontecimentos pessoais. Elas revelam formas de organização familiar, expectativas morais, hierarquias raciais e modos de administração do conflito. Ao falar sobre a casa, sobre a infância, sobre o trabalho doméstico, sobre a gratidão esperada ou sobre episódios de constrangimento, as interlocutoras falam também sobre uma determinada ordem familiar e social. A História de Família permite, assim, compreender que a família não é tomada aqui como unidade fechada, homogênea ou naturalmente protetiva. Ela é analisada como uma configuração relacional, produzida no tempo, na qual diferentes sujeitos ocupam posições desiguais. O interesse da pesquisa não está em reconstruir uma genealogia familiar completa, mas em compreender como certas relações de proximidade, dependência e reconhecimento parcial produziram condições específicas de permanência para mulheres negras em famílias brancas.

A escolha das interlocutoras partiu de trajetórias de mulheres negras que compartilharam experiências de inserção em famílias brancas sob linguagens de acolhimento, ajuda ou proteção. A seleção não buscou constituir uma amostra estatística, mas reunir narrativas capazes de iluminar o problema de pesquisa: de que modo o silêncio se produz como prática social em relações familiares racializadas. Nesse sentido, a pesquisa se orientou por uma lógica qualitativa e interpretativa, voltada à densidade das experiências narradas e não à sua quantificação. As entrevistas foram conduzidas de modo aberto e semiestruturado, permitindo que as interlocutoras narrassem seus percursos com liberdade, ao mesmo tempo em que alguns eixos orientavam a escuta: a entrada ou incorporação na família branca, as formas de trabalho doméstico, as expectativas de gratidão, os episódios de conflito, as experiências de humilhação ou constrangimento, os modos de circulação pela casa, as relações com crianças e adultos da família, as lembranças de infância e as situações em que falar parecia difícil, arriscado ou inadequado.

Seguindo a orientação metodológica de Pina-Cabral e Pedroso de Lima, as entrevistas não foram tratadas apenas como coleta de depoimentos, mas como momentos de construção relacional do conhecimento. O encontro entre pesquisadora e interlocutora também compõe o campo. As pausas, os silêncios, os risos nervosos, as mudanças de assunto e as dificuldades de nomeação foram registrados em caderno de campo, junto às impressões produzidas durante e após as conversas. Desse modo, o material analisado não se limita ao conteúdo literal das falas, mas inclui também as condições em que essas falas se tornaram possíveis. A construção das trajetórias levou em consideração aquilo que os autores denominam percursos biográficos. Foram observadas, sempre que possível, dimensões como história residencial, história familiar, relações de trabalho, deslocamentos, vínculos afetivos, experiências escolares, maternidade, dependência econômica e formas de inserção no espaço doméstico. Esses elementos permitiram compreender as experiências das interlocutoras não como acontecimentos soltos, mas como parte de processos mais longos de constituição da pessoa e de sua posição nas relações familiares.

A etnografia é aqui compreendida como um modo de atenção ao ordinário, aos gestos, às hesitações e, sobretudo, às formas pelas quais a fala é regulada no interior das relações. As trajetórias analisadas foram construídas a partir de relatos de mulheres negras inseridas, em diferentes momentos de suas vidas, em arranjos familiares marcados por assimetrias raciais. Entre essas trajetórias, destaca-se a de *Márcia*³, incorporada ainda jovem a uma família branca sob a promessa de proteção, em um contexto de vulnerabilidade marcado pela gravidez. Sua permanência na casa esteve desde o início vinculada ao trabalho doméstico e à manutenção da harmonia familiar, configurando uma relação que, embora nomeada como acolhimento, se estruturava por condições tácitas. Essa lógica se desdobra também na trajetória de *Camila*, que cresceu nesse contexto desde a infância. Em uma situação aparentemente banal, uma observação simples feita por ela, sobre um objeto da casa, foi recebida com uma reprimenda desproporcional. A reação não se explicava pelo conteúdo da fala em si, mas pelo lugar de onde ela partia. O episódio tornou visível um limite até então pouco nomeado: nem todas as formas de enunciação eram igualmente autorizadas. Ao longo do tempo, outras situações reiteraram esse aprendizado. Sugestões de futuro vinculadas ao trabalho doméstico, apresentadas como possibilidades naturais, contrastavam com os horizontes projetados para outras crianças da casa. Não se tratava de interdições formais, mas de direcionamentos sutis, que delimitavam expectativas e posições. Esse tipo de experiência

³ Para preservar o anonimato, todos os nomes aqui utilizados são fictícios.

evidencia como o aprendizado do silêncio se constitui precocemente. Mais do que evitar conflitos, trata-se de reconhecer os limites do pertencimento e ajustar a própria presença a eles. O silêncio, nesse contexto, não aparece como ausência, mas como resposta situada, incorporada no cotidiano.

As trajetórias aqui analisadas, embora distintas, apresentam elementos recorrentes: a ambiguidade do pertencimento, a centralidade do trabalho doméstico, a expectativa de gratidão e, sobretudo, a regulação da fala. Mais do que episódios isolados, tratam-se de padrões que atravessam diferentes experiências, evidenciando uma lógica relacional compartilhada. Nesse sentido, o material empírico não é mobilizado como ilustração, mas como campo a partir do qual se tornam visíveis as formas pelas quais essas relações são produzidas, mantidas e negociadas. É na análise dessas trajetórias que o silêncio se revela não apenas como ausência de fala, mas como prática social aprendida, situada e continuamente atualizada. Entre essas trajetórias, destaca-se a de *Márcia*, incorporada ainda jovem a uma família branca sob a promessa de proteção, em um contexto de vulnerabilidade marcado pela gravidez. Sua permanência na casa esteve desde o início vinculada ao trabalho doméstico e à manutenção da harmonia familiar, configurando uma relação que, embora nomeada como acolhimento, se estruturava por condições tácitas. Um episódio relatado por Márcia evidencia de forma contundente os limites desse arranjo. Ao expressar o desejo de sair, contrariando a vontade da mulher responsável pela casa, foi advertida de que, caso o fizesse, não poderia retornar: a porta não seria aberta e a chave não lhe seria disponibilizada. Ainda assim, decidiu sair. Ao voltar, encontrou a porta fechada, permanecendo do lado de fora e passando a noite nas escadas do prédio. A situação, embora extrema, não aparece em seu relato como ruptura definitiva, mas como parte de um conjunto de experiências que delimitavam as condições de sua permanência naquele espaço. Mais do que um episódio isolado, trata-se de um momento em que se tornam explícitas as fronteiras que, em outras circunstâncias, operam de forma implícita. O controle sobre a circulação, o acesso ao espaço e a possibilidade de retorno evidenciam que o pertencimento ali não se traduzia em autonomia. Ao contrário, a permanência estava condicionada à conformidade com expectativas que nem sempre eram verbalizadas, mas que se faziam cumprir por meio de sanções concretas. Nesse tipo de situação o silêncio se inscreve não apenas como ausência de fala, mas como forma de regulação da própria ação. Saber quando sair, o que dizer e até onde ir torna-se parte de um cálculo contínuo, no qual a possibilidade de ruptura, ainda que momentânea, pode implicar a perda do abrigo e da própria posição naquele espaço.

É nesse ponto que a História de Família se torna metodologicamente indispensável.

Ao permitir a análise articulada de trajetórias distintas, mas relacionadas, ela torna visível aquilo que dificilmente apareceria em entrevistas isoladas: a circulação de expectativas, a repetição de padrões, a permanência de hierarquias e a transmissão de modos de perceber o próprio lugar na família. O silêncio deixa, então, de ser lido apenas como resposta individual a um episódio específico e passa a ser compreendido como parte de uma pedagogia cotidiana da convivência. A memória familiar também ocupa papel central nessa análise. As narrativas produzidas sobre a família não são tomadas como registros transparentes do passado, mas como formas de organização da experiência. Algumas cenas são lembradas com nitidez; outras aparecem de modo hesitante, incompleto ou deslocado. Algumas violências são nomeadas diretamente; outras surgem envolvidas por justificativas, dúvidas ou tentativas de suavização. Essa dimensão é fundamental, pois o silêncio não opera apenas no momento da interação, mas também na maneira como o passado é recordado, narrado e transmitido.

A metodologia adotada permitiu, portanto, observar tanto o que é dito quanto aquilo que aparece como dificuldade de dizer. Em vez de tratar tais dificuldades como falhas da entrevista, a pesquisa as considera parte do próprio fenômeno investigado. Quando uma interlocutora hesita diante de uma lembrança, suaviza uma situação de constrangimento ou afirma não saber se determinada experiência pode ser chamada de racismo, essa hesitação revela algo sobre as condições sociais de nomeação da violência. O silêncio, nesse caso, não está fora da fala; ele se inscreve nela. A análise do material empírico foi realizada a partir da leitura comparativa das entrevistas, dos registros de campo e das trajetórias familiares reconstruídas. Foram observadas recorrências temáticas, como a ambiguidade do pertencimento, a centralidade do trabalho doméstico, a moralidade da gratidão, o controle da circulação, a diferença entre ser “da família” e ocupar uma posição equivalente, e a regulação da fala. Esses eixos não foram definidos apenas previamente, mas também emergiram do próprio contato com as narrativas.

Desse modo, a pesquisa combina etnografia, entrevistas em profundidade e História de Família como estratégias complementares. A etnografia permitiu atenção às dimensões ordinárias e sensíveis das relações; as entrevistas possibilitaram acessar narrativas, memórias e interpretações das interlocutoras; a História de Família ofereceu o enquadramento necessário para compreender essas experiências em sua dimensão relacional e temporal. Juntas, essas ferramentas permitiram construir uma análise voltada não apenas aos episódios narrados, mas às condições sociais que tornam determinados silêncios necessários, inteligíveis e duradouros.

Análise das Entrevistas

- 1) O avesso do acolhimento: racismo, violência e desrespeito na intimidade da família branca

Nas entrevistas realizadas, as categorias racismo, violência e desrespeito aparecem profundamente articuladas. Elas não surgem apenas em episódios extremos ou em falas abertamente agressivas, mas se insinuam nas cenas ordinárias da convivência: nos comentários sobre o corpo, na desqualificação da mãe, na comparação entre crianças, na exigência de gratidão e na constante lembrança de que o pertencimento possuía limites. Trata-se de um conjunto de experiências que revela o avesso do acolhimento, aquilo que permanece sobre a linguagem do cuidado, mas que produz dor, contenção e desigualdade. A expressão “acolhimento”, recorrente nos relatos, precisa ser lida com cautela. Em vários momentos, as interlocutoras reconhecem que houve ajuda, moradia, comida, acesso à escola, proteção ou carinho. No entanto, esse cuidado não anulava as hierarquias raciais e sociais que organizavam a relação. As relações entre empregadas domésticas e empregadores, afeto e desigualdade não são dimensões necessariamente opostas, em muitos contextos, elas coexistem e tornam a relação ainda mais ambígua (Brites, 2007). O vínculo afetivo pode aproximar, mas também pode dificultar a nomeação da exploração, da humilhação e da subordinação. É nesse ponto que as entrevistas se tornam especialmente densas. As interlocutoras não narram uma exclusão absoluta. Elas estiveram dentro das casas, conviveram com filhos, sobrinhos, patroas e parentes, participaram de rotinas familiares e, em alguns casos, foram apresentadas como “da família”. Contudo, essa entrada não significava equivalência. O pertencimento era marcado por limites que se tornavam visíveis nos momentos de conflito, vergonha, cobrança ou exposição pública. (Gonzalez, 1984) oferece uma chave fundamental para compreender essa ambiguidade. Ao discutir o racismo e o sexismo na cultura brasileira, a autora mostra como a formação social brasileira produziu lugares específicos para as mulheres negras, historicamente associados ao trabalho doméstico, ao cuidado e à subordinação. Essa presença na intimidade das famílias brancas, muitas vezes naturalizada como afeto ou proximidade, carrega uma longa história de desigualdade racial e de gênero. Nas entrevistas, essa herança aparece menos como repetição direta do passado e mais como atualização cotidiana de lugares sociais: a mulher negra que cuida, serve, permanece disponível, mas não é plenamente reconhecida.

Na fala de Luciana, essa percepção surge quando ela afirma que, nos ambientes brancos e de maior poder aquisitivo, as pessoas parecidas com ela eram “sempre a empregada doméstica, o jardineiro, a cozinheira, e passadeira”. A identificação com essas figuras não é casual. Mesmo quando Luciana circulava como convidada ou como alguém próxima da família, os corpos negros que se pareciam com o dela estavam associados ao serviço. Por isso, quando ela diz que se sentia “muito mais confortável na cozinha do que na sala de estar”, a cozinha deixa de ser apenas um espaço físico e passa a expressar uma geografia racial da casa. Essa geografia racial também aparece em Camila, mas pela via do corpo infantil. Ao lembrar que a primeira coisa que a fez perceber que não pertencia plenamente àquela família foi o cabelo, ela mostra como o racismo começa muitas vezes pela produção da inadequação. Seu cabelo crespo “nunca tinha sido um problema” para ela, até que passou a ser nomeado como “desarrumado” pela filha da patroa. A violência, nesse caso, está justamente na transformação de uma característica corporal em falha. O olhar branco produz o problema e, ao mesmo tempo, ensina à criança que algo nela precisa ser corrigido para caber naquele espaço. Compreender esse tipo de experiência ao tratar o racismo cotidiano como uma sequência de episódios que podem parecer pequenos quando observados isoladamente, mas que produzem efeitos profundos sobre a subjetividade (Kilomba, 2019). Comentários sobre cabelo, corpo, cheiro, inteligência, roupa ou comportamento não são meras falas soltas, são formas de reinscrever a pessoa negra em um lugar de inferioridade. Nas entrevistas, essas cenas aparecem como lembranças persistentes porque foram vividas em espaços que deveriam ser de proteção, cuidado ou convivência familiar.

O relato de Ana explicita essa violência de forma brutal. Ao recordar que sua mãe adotiva dizia que ela precisava tomar banho porque era preta e tinha “a catinga de nego”, Ana mostra como o corpo negro foi diretamente associado à sujeira e ao mau cheiro. Essa fala não é apenas uma ofensa individual. Ela atualiza um imaginário racista que historicamente animaliza, inferioriza e desumaniza pessoas negras. O fato de essa frase ser dita por uma mãe adotiva torna a cena ainda mais violenta, pois desloca o racismo para dentro do espaço da família e do cuidado. Em Rafaela, o racismo aparece associado à aparência, à escola e à desigualdade de classe. Quando as filhas da patroa a chamavam de “a mais feia da sala” e a proibiram de ir a um aniversário de quinze anos por não ter “roupa à altura”, a violência estética se articula à exclusão social. Não se trata apenas de uma criança ou adolescente sendo maltratada por outras. Trata-se de uma menina negra sendo lembrada de que, embora estudasse no mesmo colégio e convivesse com aquelas meninas, não ocupava o mesmo lugar que elas.

As famílias brancas narradas nas entrevistas não aparecem apenas como indivíduos que “agem mal”, mas como parte de uma estrutura na qual a branquitude define quem pertence, quem serve, quem pode falar, quem deve agradecer e quem pode ser tratado como exceção. O racismo, portanto, não está apenas na ofensa explícita, mas na organização desigual dos lugares. Essa desigualdade aparece também no discurso da exceção. Luciana relata uma situação em que pessoas brancas criticavam estudantes de escola pública e cotas, mas diziam a ela: “Não estou falando de você, tá? Porque você é um ponto fora da curva”. A frase, aparentemente elogiosa, funciona como mecanismo de separação. Luciana é aceita individualmente desde que seja retirada do grupo social ao qual pertence. O reconhecimento, nesse caso, não combate o racismo; ele o reorganiza, transformando a interlocutora em exceção tolerável. Essa lógica dialoga com as análises sobre branquitude, privilégio e manutenção simbólica das hierarquias raciais (Schucman, 2012; Bento, 2022).

Nas entrevistas, a violência aparece sobre corpos negros femininos situados em relações de cuidado, trabalho, dependência e afeto. O cabelo, o corpo, a capacidade intelectual, a sexualização, a obrigação doméstica e a gratidão esperada formam um mesmo campo de sujeição. Essa leitura permite compreender que as experiências narradas não são episódios individuais desconectados, mas expressões de relações sociais marcadas pela articulação entre racismo, sexismo e desigualdade de classe (Carneiro, 2003; Collins, 2019). A violência, portanto, não se limita aos episódios mais explícitos. Ela também aparece quando Camila ouve que nunca aprenderia a ler porque sua mãe era analfabeta. A frase atinge a criança, mas também atinge a mãe. A dificuldade de aprendizagem é transformada em destino social, como se a origem familiar e a condição da mãe negra definissem o limite possível da filha. A violência aqui não é apenas verbal, ela tenta reduzir o futuro da criança ao lugar social atribuído à mãe. Em Rafaela, a violência se concentra também na experiência de assistir à humilhação materna. Ela afirma que sua mãe era muitas vezes desrespeitada e desacreditada na sua frente, sendo culpabilizada por situações pelas quais não tinha responsabilidade. Esse dado é decisivo porque mostra que a violência contra a mãe também forma a filha. Ao ver a mãe sendo desrespeitada, a criança aprende algo sobre o lugar reservado às mulheres negras naquela casa. A dor não está apenas em ser tratada mal, mas em perceber que a mãe, mesmo dando tanto de si, não era protegida da humilhação.

Aprofundar essa leitura ao mostrar que a violência não deve ser compreendida apenas como evento excepcional. Muitas vezes, ela se infiltra na vida ordinária, nos gestos repetidos, nas formas de convivência e nas relações de intimidade (Das, 2007) . Nas entrevistas, a violência não aparece apenas como um grande acontecimento traumático, mas como uma

atmosfera, uma forma de viver sobre vigilância, contenção e antecipação do desrespeito. Desse modo, a violência cotidiana não rompe necessariamente a rotina, muitas vezes, ela passa a organizá-la. O desrespeito, por sua vez, aparece como negação cotidiana de dignidade. Em Ana, isso se expressa na forma como descobre sua adoção, durante uma briga, quando a mãe adotiva afirma que ela não era “sangue do sangue dela”. Em Márcia, aparece na diferença entre ser chamada de “da família” e não ser reconhecida como filha. Em Rafaela, está na forma como a mãe é humilhada e como ela própria é maltratada pelas filhas da patroa. Em Camila, surge nas falas sobre seu cabelo, sua aprendizagem e sua suposta culpa diante de situações que não provocou. As entrevistas mostram, assim, que a violência racial em famílias brancas pode operar justamente por meio da proximidade. Não é apesar da intimidade que o racismo acontece; muitas vezes, é dentro dela que ele ganha eficácia. A casa, a mesa, a escola, o quarto, a cozinha e os eventos familiares tornam-se espaços onde o pertencimento é oferecido e retirado, afirmado e negado, prometido e limitado. Essa leitura dialoga com Brites (2007), quando a autora demonstra que as relações domésticas podem combinar proximidade afetiva e desigualdade social, produzindo vínculos difíceis de classificar apenas como exploração ou apenas como cuidado.

Por isso, racismo, violência e desrespeito podem ser compreendidos como dimensões do avesso do acolhimento. O acolhimento protege, mas também cobra. Alimenta, mas também produz dívida. Aproxima, mas não necessariamente reconhece. Permite estar dentro, mas lembra continuamente que estar dentro não significa pertencer da mesma maneira. Essa ambiguidade é central para compreender como a família branca pode se apresentar como espaço de proteção ao mesmo tempo em que conserva hierarquias raciais, afetivas e morais. A análise desse eixo permite compreender que o silêncio das mulheres negras nesses contextos não nasce da incapacidade de perceber a violência. Pelo contrário, as entrevistas mostram mulheres e filhas que percebem, interpretam e elaboram o que viveram. O silêncio aparece como resposta às condições concretas em que falar poderia significar romper vínculos, parecer ingrata, perder proteção, intensificar conflitos ou expor ainda mais a própria vulnerabilidade. Assim, o silêncio não nega a violência; ele revela a profundidade das relações que a tornam difícil de nomear.

- **2) Entre o cuidado e o *serviço*: trabalho, acolhimento e as formas condicionadas de permanecer**

Se no eixo anterior o foco esteve voltado para o racismo cotidiano, a violência e o desrespeito presentes na intimidade das famílias brancas, neste momento a análise se desloca para as formas pelas quais trabalho, cuidado e acolhimento aparecem entrelaçados nos relatos. Essas categorias não surgem de maneira separada. Ao contrário, nas entrevistas, o trabalho doméstico muitas vezes aparece nomeado como ajuda, o cuidado aparece como afeto, e o acolhimento, embora produza proteção, também cria vínculos de dependência e obrigação. Essa ambiguidade é fundamental para compreender as experiências narradas. As interlocutoras não descrevem apenas relações de exploração, nem apenas relações de afeto. Elas narram relações difíceis de separar, nas quais a casa branca pode aparecer simultaneamente como lugar de abrigo, trabalho, proteção, dívida, cuidado e permanência. As relações entre empregadas domésticas e famílias empregadoras são frequentemente marcadas por uma combinação entre proximidade afetiva e desigualdade social (Brite, 2007). Essa combinação torna os vínculos mais complexos, pois o afeto não elimina a hierarquia, muitas vezes, ele a torna mais difícil de nomear. Na fala de Luciana, essa sobreposição aparece de modo evidente quando ela afirma que sua mãe “sempre foi empregada doméstica a vida inteira”, trabalhando com a mesma família desde os 14 anos e mesmo aposentada, continuando vinculada a essa casa “há mais de 35 anos”. O tempo longo da relação não transforma automaticamente o trabalho em parentesco, mas produz uma convivência tão intensa que as fronteiras entre emprego, cuidado e família se tornam ambíguas. A mãe de Luciana viu seus filhos crescerem, cuidou de sobrinhos e depois, passou a cuidar da patroa idosa, sendo reconhecida como alguém de confiança.

Esse dado é importante porque o cuidado, nesse contexto, não é apenas uma qualidade moral ou uma expressão espontânea de afeto. Ele também é trabalho. Cuidar dos filhos, dos sobrinhos, da casa e da patroa idosa exige tempo, corpo, energia, presença e disponibilidade. O trabalho de cuidado ocupa um lugar central na reprodução da vida social, mas costuma ser desvalorizado justamente por ser associado ao feminino, ao doméstico e ao afeto. Nas entrevistas, essa desvalorização aparece quando o cuidado prestado por mulheres negras é naturalizado como se fosse extensão de sua “dedicação” ou de sua “confiança”, e não uma forma concreta de trabalho. Luciana também marca a fronteira entre convivência e pertencimento quando afirma: “todo mundo morava lá e eu não morava lá. Minha mãe que trabalhava lá”. A frase é simples, mas organiza uma distinção decisiva. Ainda que Luciana frequentasse a casa, almoçasse ali, tomasse banho, estudasse em dois turnos e convivesse com os filhos da família, sua presença naquele espaço era mediada pelo trabalho da mãe. Ela não estava ali como uma filha da família, estava ali porque sua mãe trabalhava naquela casa.

O acesso ao cuidado e à convivência passava, portanto, pelo vínculo laboral materno. Na situação de Camila, essa fusão entre trabalho e família aparece na formulação “minha mãe já trabalhava/era da família, porque ela ficava na casa”. A própria hesitação entre “trabalhava” e “era da família” revela o ponto central deste eixo, a linguagem familiar não substitui a condição de trabalho, mas a recobre. Ser “da família” aparece como uma forma de nomear a permanência, a intimidade e a confiança, mas não necessariamente como reconhecimento igualitário. Nesse sentido, a expressão gera proximidade ao mesmo tempo em que pode ocultar a assimetria da relação. A figura da mulher negra que cuida, limpa, alimenta, cria filhos e sustenta a rotina doméstica está ligada a uma longa tradição de subordinação racial e de gênero. Nas entrevistas, essa história aparece atualizada nas trajetórias de mulheres que entram nas famílias brancas pela via do trabalho, mas passam a ser narradas como próximas, confiáveis, indispensáveis e, às vezes, “quase da família” (Gonzalez, 1984).

Márcia explicita essa passagem quando conta que, desde muito nova, trabalhava em casa de família. Sua entrada no trabalho doméstico não aparece como escolha livre, mas como necessidade: “Minha mãe era alcoólatra e meu pai também era alcoólatra. Então, desde pequena, eu tive que procurar conseguir um emprego, um dinheirinho para sobreviver”. A relação com a patroa se inicia, portanto, em um contexto de vulnerabilidade. Ela trabalha, engravida, é acolhida, passa a morar na casa e nunca mais sai. O acolhimento surge como proteção, mas nasce dentro de uma relação estruturada pelo trabalho. Quando Márcia afirma que “a partir disso, eu comecei a trabalhar lá com ela e nunca mais saí de lá”, a permanência aparece como destino relacional. O “nunca mais sair” não significa apenas estabilidade; significa também a formação de um vínculo difícil de interromper. A casa passa a ser lugar de trabalho, moradia, criação da filha, cuidado da patroa e memória de vida. O parentesco não deve ser compreendido apenas pelo sangue ou pela lei, mas também pelas práticas cotidianas de convivência, alimentação, cuidado e coabitação. Contudo, no caso de Márcia, essas práticas produzem proximidade sem garantir reconhecimento pleno. Essa tensão aparece quando ela diz que, ao morar na casa, “era como se fosse da família” mas que ainda fazia trabalhos domésticos, cuidava da casa e cuidou por muito tempo do marido da patroa antes dele morrer. A expressão “como se fosse” é decisiva. Ela aponta para uma semelhança incompleta, uma aproximação que não se transforma inteiramente em pertencimento. O cuidado recebido por ela e por sua filha convive com o cuidado que ela mesma precisava oferecer. Ela é cuidada, mas também cuida, é acolhida, mas também trabalha, é próxima, mas permanece situada em uma posição desigual.

Considerações Provisórias

As análises desenvolvidas até aqui permitem compreender que as experiências narradas pelas interlocutoras não podem ser lidas apenas com histórias individuais de dor, gratidão, cuidado ou violência. Elas revelam formas socialmente produzidas de pertencimento ambíguo, nas quais mulheres negras e suas filhas são incorporadas a famílias brancas por meio de trabalho, do cuidado, da dependência, da adoção informal, da convivência prolongada ou da promessa de proteção. Nessas relações, estar dentro de casa não significaram, necessariamente, pertencer a ela. Ao longo das entrevistas, a família aparece como um espaço complexo, marcado por afetos reais, mas também por hierarquias persistentes. As interlocutoras narram situações de acolhimento, cuidado, alimentação, moradia, acesso à escola, proteção e carinho. No entanto, esses gestos não anulam o racismo, o desrespeito, a desigualdade de tratamento e a exigência de gratidão. Ao contrário, muitas vezes o cuidado recebido tornava mais difícil nomear a violência vivida. As relações domésticas e familiares no Brasil carregam uma longa história de proximidade entre afeto, trabalho, raça e subordinação. Uma das principais contribuições deste artigo é deslocar o silêncio do lugar de ausência. O silêncio, nas entrevistas, aparece como uma prática aprendida no interior das relações. As entrevistadas percebem as violências, reconhecem os limites do pertencimento e elaboram as feridas produzidas por essas experiências. Contudo, a palavra falada parecia ter algum limite. Falar poderia significar parecer ingrata, perder proteção, romper vínculos, intensificar conflitos ou colocar em risco a permanência naquele espaço. Silêncio, portanto, se manifestou como uma forma de proteção, contenção e sobrevivência. As categorias “racismo”, “violência” e “desrespeito” revelaram o avesso do acolhimento. Nas entrevistas de Luciana, Camila, Rafaela, Márcia e Ana, o racismo não aparece apenas em insultos explícitos, embora eles também estejam presentes. Ele se manifesta nos comentários sobre cabelo, corpo, cheiro, roupa, inteligência, origem familiar e capacidade de aprender. Também aparece na distribuição dos lugares dentro da casa, na associação entre corpos negros e serviços, na diferença entre quem mora e quem trabalha, entre quem é filho e quem é “quase da família”. O racismo cotidiano gera justamente pela repetição de cenas que, vistas isoladamente, poderiam parecer pequenas, mas que deixam marcas profundas na subjetividade dessas mulheres. As entrevistas também mostraram que a violência não precisa romper a rotina para existir, afinal, em muitas circunstâncias ela se instala no cotidiano, nas palavras ditas em momentos de raiva, nas humilhações presenciadas

pelas filhas, nas acusações injustas contras as mães, na diferença entre ser chamada de “da família” e ser reconhecida como filha. Para quem a violência também deve ser compreendida em sua descida ao ordinário, isto é, na forma como passa a habitar as relações, os gestos e as maneiras de viver.

O eixo “trabalho, cuidado e acolhimento”, por sua vez, permitiu compreender que a inserção dessas mulheres em famílias brancas não se dá fora das condições materiais de existência. Em muitos relatos, a entrada na casa branca ocorre por necessidade: pobreza, gravidez, deslocamento, ausência de suporte familiar, trabalho doméstico iniciado ainda muito cedo ou adoção informal. O acolhimento surge como resposta a uma vulnerabilidade concreta, mas também produz obrigações. Ele protege, mas também captura. Alimenta, mas também cobra. Aproxima, mas não garante igualdade. O cuidado aparece como uma das categorias mais ambíguas da pesquisa. As mulheres negras cuidam de crianças, de idosos, de casa, dos sobrinhos, dos patrões e das rotinas familiares. Ao mesmo tempo, também recebem cuidado, comida, abrigo, escola e proteção. A questão central, portanto, não é negar a existência do afeto, mas compreender como se organiza dentro de relações desiguais. O trabalho de cuidado é fundamental para a reprodução da vida social, mas frequentemente é desvalorizado por ser associado ao feminino, ao doméstico e à disponibilidade afetiva. Nos relatos analisados, essa desvalorização é atravessada pela raça. A noção de pertencimento duvidoso transpõe todo o material, as interlocutoras estão dentro das famílias, mas nem sempre com as famílias. Crescem nas casas, comem à mesa, cuidam e são cuidadas, chamam pessoas de tia, mãe, patroa ou família, mas aprendem, em momentos específicos, que esse pertencimento tem limite. A expressão “quase da família”, discutida por Dias (2019), ajuda a nomear essa posição instável: próxima, íntima, afetiva, mas nunca plenamente equivalente. O “quase” não é detalhe, ele é a própria fronteira que organiza a relação. A História de Família, conforme proposta por Pina-Cabral e Pedroso de Lima (2005), foi fundamental para deslocar essas narrativas do plano estritamente individual e compreendê-las como trajetórias inscritas em redes de relações. Cada relato não fala apenas de uma mulher ou de uma experiência isolada; fala de mães, filhas, patroas, pais adotivos, irmãos, filhos biológicos, filhos da patroa, maridos, avós, escolas, casas, cozinhas, quartos, comunidades e deslocamentos. A família, nesse sentido, não é uma unidade estável, homogênea ou naturalmente protetiva, mas sim, um campo relacional no qual afetos, dívidas, hierarquias e pertencimentos são continuamente produzidos. É nesse ponto que a História de Família permite perceber que o silêncio não pertence apenas a uma pessoa. Ele circula. Ele transpõe gerações. Ele é aprendido no corpo, nos gestos, nas pausas, nas advertências, nos olhares e nas cenas que, muitas vezes, não

precisaram ser explicadas para serem compreendidas. O silêncio aparece, assim, como uma herança relacional: não uma herança biológica, mas uma forma de saber socialmente transmitida sobre o que pode ou não ser dito, sobre quando falar oferece risco, sobre quando calar se torna condição de permanência. As experiências das filhas ocupam, por isso, um lugar decisivo na análise. Muitas delas não viveram apenas situações diretas de racismo, humilhação ou exclusão, elas também testemunharam o sofrimento das mães. Ver a mãe ser desrespeitada, silenciada, desacreditada ou colocada em dívida produz um aprendizado profundo sobre raça, gênero, classe e lugar social. A criança aprende antes mesmo de conseguir nomear. Aprende observando quem se senta à mesa, quem permanece na cozinha, quem pode responder, quem precisa agradecer, quem é protegido e quem deve suportar. A dor da filha, portanto, não se separa da dor da mãe. Em muitos relatos, a consciência da desigualdade nasce justamente desse olhar infantil lançado sobre a mãe que trabalha demais, que cuida dos outros, que é chamada de “da família”, mas não ocupa o mesmo lugar que a família; a mãe que permanece calada diante do desrespeito; a mãe que ensina a filha a não falar para protegê-la. Esse aprendizado não se dá apenas pela palavra. Ele se dá pela cena. Pela repetição. Pela atmosfera da casa. Pela percepção, muitas vezes precoce, de que havia uma fronteira invisível entre estar presente e pertencer. Ainda assim, é fundamental afirmar que as interlocutoras não aparecem neste artigo somente como vítimas de relações desiguais. Reduzi-las à vitimização seria repetir, em outro registro, a violência de retirar delas a agência, a inteligência e a capacidade de elaboração sobre a própria vida. As mulheres entrevistadas narram, interpretam, comparam, nomeiam, hesitam, revisitam e reorganizam suas experiências. Ao falar sobre o que viveram, elas não apenas oferecem “dados” à pesquisa, mas produzem conhecimento sobre famílias racializadas, sobre os limites do cuidado, as armadilhas da gratidão e os modos pelos quais o racismo se instala na intimidade. Suas falas não ilustram simplesmente categorias teóricas previamente definidas. Elas tensionam essas categorias. Elas obrigam a pensar a família para além da idealização do afeto, o cuidado para além da bondade, o acolhimento para além da proteção, e o silêncio para além da ausência de voz. É nesse gesto que reside uma das contribuições deste trabalho, tomar o silêncio não como falta, mas como forma social densa, produzida em relações nas quais falar poderia significar perder abrigo, romper vínculos, ser acusada de ingratidão ou tornar ainda mais explícita uma desigualdade que todos pareciam conhecer, mas poucos estavam dispostos a nomear. O peso do silêncio, portanto, não está apenas naquilo que deixou de ser dito. Está nas condições sociais que tornaram a fala perigosa, inadequada ou dolorosa. Está no cálculo íntimo entre sobreviver e confrontar. Está na menina que aprende a engolir uma pergunta, na

mãe que baixa a voz para evitar conflito, na mulher adulta que só muitos anos depois encontra linguagem para aquilo que viveu. Esse silêncio não é ausência de pensamento; é pensamento sob risco. Não é vazio, é memória comprimida. Não é esquecimento, é uma forma de permanecer quando a permanência exigia contenção. Desse modo, este artigo caminha para compreender o silêncio como uma tecnologia de sobrevivência em famílias brancas que incorporam mulheres negras sob a linguagem do cuidado, da ajuda, da adoção, da confiança ou da família, mas mantêm formas persistentes de desigualdade. Entre o trabalho e o afeto, entre o acolhimento e a humilhação, entre a casa e o não pertencimento, as interlocutoras mostram que sobreviver também significou uma forma de aprender a ler o ambiente, medir a palavra, proteger a si e às suas mães, suportar o indizível e ainda assim, construir modos de existir. Há, nesse silêncio, dor. Mas há também inteligência social, percepção fina das hierarquias e elaboração crítica da experiência. É por isso que escutar essas mulheres exige mais do que recolher relatos, exige reconhecer que suas memórias produzem teoria. Elas nos ensinam que a família pode ser abrigo e fronteira, que o cuidado pode alimentar e endividar; que o afeto pode aproximar sem igualar, e que, em determinados contextos, calar não significou desaparecer, mas encontrar uma forma possível de continuar viva dentro de relações que, muitas vezes, só permitiam a permanência sobre condição.

Referências bibliográficas

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, p. 91-109, jul./dez. 2007.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 49-58.

CARSTEN, Janet. *After kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. Berkeley: University of California Press, 2007.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. O gênero da humilhação: afetos, relações e complexos emocionais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 25, n. 54, p.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244, 1984.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

DIAS, Luciana de Oliveira. Quase da família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo. *Humanidades & Inovação*, Palmas, v. 6, n. 16, p. 8-12, 2019.

PINA-CABRAL, João de; PEDROSO DE LIMA, Antónia. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. *Etnográfica*, Lisboa, v. 9, n. 2, p. 355-388, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.